

↑
A

Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO REALIZADA NO DIA CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM

----- Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um nesta Vila de Torre de Moncorvo e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, com a presença dos senhores vereadores: Victor Manuel da Silva Moreira, Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses, Maria de Lurdes Mano Pontes, Porfírio André Nunes Evangelista, e comigo José Eduardo dos Santos Dixo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município, que a secretariou. -----

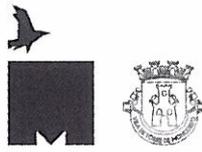
----- Atento ao surto pandémico que o país atravessa e as medidas de contenção e prevenção que têm vindo a ser adotadas pelo Estado Português e por este Município, a presente reunião decorreu em regime não presencial, por via telemática, dos termos n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março. -----

----- ABERTURA DA REUNIÃO: O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião eram 09:45 horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e distribuída. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- A Sr.ª Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes fez a seguinte intervenção: “*Eu gostava de pedir, como não estive na última reunião, um pequeno esclarecimento sobre a venda do Solar e das casas ... passou na reunião de câmara, certo? Pronto, era só um pequeno esclarecimento. Portanto, nós já várias vezes tocámos esse ponto na reunião e o que foi falado foi que, o que nós queríamos basicamente era “despacharmo-nos” do problema.* -----

A minha questão é se só houve um interessado ou se se falou diretamente com um



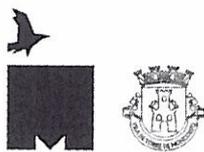
Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

interessado e foi entregue àquela empresa. E se já temos alguma ideia do que se pretende fazer com os imóveis. Gostava também de questionar, portanto, eu tenho visto que nós, já vem de pelo menos há 1 ano ou mais, que na câmara iria haver um investimento, uma ajuda às pessoas socialmente mais em risco, mais necessitadas, para poderem renovar as suas casas, ou dando-lhe tintas, ou ajudando na mão-de-obra... relembre-me Sr. Presidente, esse dinheiro, é uma candidatura, certo? Vem de onde? Perdi-me um bocadinho. Já passou algum tempo e não consigo lembrar-me a que candidatura se refere. -----

E também se há alguma alteração em relação às crianças, como é que está tudo a correr, se todos os meninos, no geral, conseguem assistir às aulas com os computadores ou se há algum problema que ainda está em suspenso. Era só isso". O Sr. Presidente agradeceu a intervenção e passou a palavra ao Sr. Vereador Porfírio André Evangelista que expôs o seguinte: -----

----- O Sr. Vereador Porfírio Evangelista interveio dizendo: "Bom dia a todos, espero que se encontrem bem de saúde. Relativamente a essa questão que a Vereadora Maria de Lurdes colocou, relativamente à venda, ou da quota da GESTURDOURO ou do património da GESTURDOURO, eu acredito no compromisso do Sr. Presidente de nos manter informados à cerca dessa questão. Julgo que a Câmara não vai tomar nenhuma posição sem que nos informe ou que nos peça, pelo menos, a opinião, ok? -----

Relativamente a outras questões, sabemos que o Sr. Presidente, representando o Município, representando também a CIM Douro, reuniu, há cerca de 15 dias, com a Ministra da Coesão Territorial e, na última reunião de Câmara, fez uma resenha, um resumo, dessa mesma reunião. O programa de apoio à produção nacional que já vem decorrendo noutras zonas do país tem sido coordenado pelas CIM e, na nossa área geográfica, vai ser coordenado pela CIM Douro. No entanto, temos visto que muitos desses avisos até já se encontram encerrados e nós ainda nem o conseguimos abrir. Portanto, gostaria de saber em que ponto da situação se encontra esta questão, dado que corremos o risco de ficar atrasados relativamente a outras regiões, no sentido de não conseguirmos, ou os empresários da região, não conseguirem investir atempadamente. -----



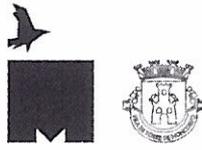
↑
A

Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

A outra questão que eu coloco é a questão das Minas de Ferro de Torre de Moncorvo. Voltou à voga e voltou à comunicação social. Agora a notícia é que, possivelmente, já existe uma encomenda de 50 mil toneladas vinda da China. No final do ano passado, o Presidente do Conselho de Administração, Ricardo Santos Silva, dizia que 300 mil toneladas iriam ser produzidas até ao final do ano de 2020. Temos vindo a ter conhecimento de diversas notícias acerca da produção das minas e, no fundo, não se verifica a veracidade dessas notícias. Até ao final do ano 2020 não aconteceu nada e agora é veiculada uma notícia destas que parece que aparece no sentido de espezinhar o interesse naquele investimento, mas que no fundo não se vê acontecer nada. A ser verdade esta encomenda de 50 mil toneladas da China, gostaria de saber de que forma é que o minério vai sair das minas e de que forma é que vai chegar à China. Por via rodoviária, fluvial? Fazer chegar 50 mil toneladas à China acredito que não seja fácil, não sei até que ponto o Município está envolvido nessa questão ou tenha conhecimento dessa situação. Gostava de esclarecer esta situação e desejava que o Município também esclarecesse porque a cada dia que passa parece que é cada vez mais especulativo. E o que é que acontece à volta disto tudo? Acontece que os nossos pequenos empresários investem com este princípio especulativo. Acreditam que, efetivamente, é agora que vai arrancar, e andamos com o “é agora que vai arrancar” há meses, há anos e não há nada que se possa ver. Portanto acho que o Município deve fazer uma comunicação, dando confiança a quem quer investir, se esta questão, efetivamente, for real e verdadeira. É isso que precisamos de saber. -----

Relativamente a outra questão e dado que esta Câmara é constituída por 5 elementos, dar uma opinião acerca do funcionamento das redes sociais da Câmara. Nos últimos meses, a comunicação nas redes sociais tem sido altamente agressiva no que diz respeito à publicação das obras que são efetuadas, coisa que não aconteceu nos últimos 3 anos e meio. A mim, o que aparenta ser – e já não é a primeira vez que estou a dizer isto Sr. Presidente, já o disse com a aprovação de algumas medidas que para mim parecem tardias, mas que vêm sempre a tempo – parece-me que o último ano de mandato coincide sempre com grandes obras e com grandes acontecimentos e, neste caso, nas redes sociais com grande propaganda. Portanto, acho que devíamos ter cuidado, no sentido de também ao sermos

Handwritten marks: a blue 'A' and a blue 'P!'.



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

atacados pela população, porque há 3 elementos que governam e há dois elementos que fazem parte integrante desta Câmara fazendo oposição. Logicamente, a democracia funciona assim, e acho que devia haver um cuidado com a comunicação, não ser tão agressiva. Obrigado. -----

----- O Sr. Presidente respondeu o seguinte: "A acionista da empresa adquirente, (Neuronio Honesto) é a Aethel Real Estate Limited, o gerente é o Dr. Ricardo Jorge dos Santos Silva. Foi deliberado na Assembleia Geral da Gesturdouro que todos os sócios deveriam procurar uma solução, quer de compra, quer de alguém que assumisse as responsabilidades. Foram dados vários prazos, aliás, a própria Câmara me deu esse mandato até 30 de julho de 2020, mas não se conseguiu concretizar até essa data. Houve sempre apenas este interessado, que assumia a dívida, portanto, e foi isto que fizemos. Eu mal tenha a versão final e assumida pelos advogados das partes, trarei à reunião de câmara, o acordo, como ele deverá constar, e depois de ser aceite pelos acionistas da Gesturdouro, que é quem primeiro se terá de pronunciar. -----

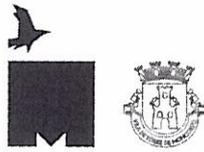
Quanto ao apoio a obras, eu não sei se a Sr.ª Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes se estava a referir a alguma candidatura comunitária". -----

-----A Sr.ª Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes referiu que não sabia, que tinha sido a comunicação a fazer essa referência, a alguma candidatura comunitária. ----

-----O Sr. Presidente referiu o seguinte: "Não. O montante de recuperação de habitações, para pequenas reparações em habitações de pessoas com fracos rendimentos, constava do PPI que nós aprovámos no orçamento da Câmara no valor de 70.000,00€ e, complementarmente, o valor de 20.000,00€ no PAM de apoio ao arrendamento. Dinheiro próprio da Câmara que constava nos documentos previsionais. -----

Quanto à escola depois deixo o Sr. Vice-Presidente falar sobre isso". -----

-----A Sr.ª Vereadora Piedade Meneses proferiu o seguinte: "Eu posso complementar a informação relativa ao apoio habitacional a extratos sociais desfavorecidos. Nós tivemos ontem uma reunião com as juntas de freguesia no âmbito do 1.º Direito, e aproveitamos também para divulgar esta medida, porque ela de alguma forma funciona para complementar as ajudas do 1.º Direito. Quando há pequenas obras até valores de 5.000,00€ para núcleos familiares, se forem



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

unipessoais podem ir até 80% do valor do IAS, por isso são cerca de 350,00€ ou se for unidades familiares com mais de uma pessoa pode ir até 60/70% per capita, isto é, no fundo rendimentos que corresponde mais ou menos a 262,00€ por pessoa, elas são abrangidas através deste apoio habitacional. O que ontem se falou nas reuniões foi que havia interesse por parte das juntas de freguesia. Pareceu-nos haver mais esta divulgação, pareceu-nos acrescentar alguma possibilidade de mais investimento nesta área porque além de os do 1.º Direito, que obrigam a uma série de procedimentos, por outro lado, este apoio habitacional para pequenas obras é capaz de funcionar com mais eficiência, vamos dizer assim". -----

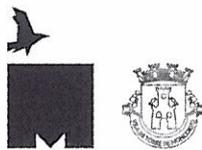
-----O Sr. Presidente referiu o seguinte: "Muito obrigado. Eu depois passarei ao Sr. Vice-Presidente. -----

Quanto ao Plano de Apoio à Produção Nacional, efetivamente, nós, CIM, tivemos a reunião que referi, com a Sr.ª Ministra da Coesão. A Sr.ª Ministra da Coesão colocou também o "Programa Apoiar" na mesa, complementarmente ao plano de apoio à produção nacional. -----

Como eu tinha referido antes da reunião, a proposta da CIM cifrava-se em quase 18 milhões de euros e, neste momento, cifra-se em aproximadamente 5 milhões de euros, porque foram retiradas algumas iniciativas de apoio que a Sr.ª Ministra dizia que já estavam no âmbito nacional. Aliás, o Sr. Vereador André Evangelista também o referiu na altura. É verdade que a CIM Douro é a única que ainda não lançou o Aviso, isso não quer dizer que esteja melhor nem pior, porque eu acho que o nosso projeto da CIM era melhor e digo isto com toda a convicção porque apoiávamos a manutenção do negócio em si, não do investimento e eu acho que, na nossa região, não estou a falar só de Moncorvo, estou a falar da região Duriense, necessitamos mais que as pessoas consigam ultrapassar esta fase e mantenham o que já têm, do que investir porque não acredito que sejam muitos os investidores. -----

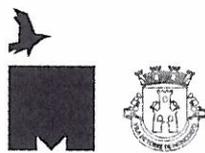
Foi aprovado uma proposta no último conselho da CIM Douro que já foi enviada para a CCDR e, basicamente, vai ter para os investidores maiores dois terços e, para os menores um terço, sendo que na proporção o que se está a tentar fazer chegar é que no investimento haja 60% de capital próprio para o grande investimento e, para o pequeno investimento, seja só 20%, por forma a que uma parte seja investimento, e o resto de apoio. Fizemos também com que alguns CAE's não pudessem ser

φ
A



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

candidatáveis, nomeadamente aqueles que não existem na região. Portanto, de grosso modo, é um valor que rondará os 5 milhões, vai ter duas componentes, como disse, dois terços, um terço, grande investidor, pequeno investidor e muitos dos CAE's previstos, os que não existam na região do Douro foram todos retirados. --- As minas de ferro, o que eu sei – e acompanho sempre que me é possível e me é solicitado, para estar com a administração das minas – é que houve alguns contratempos a nível nacional que também foram refletidos nas minas, nomeadamente no verão, o tempo dos incêndios, onde a empresa foi obrigada a parar, não foi possível fazer qualquer trabalho, o que atrasou o projeto. Depois o confinamento também, e já antes um procedimento legal que teve a ver com a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, a EDM. ----- A EDM entendia que havia ali uma situação em que havia necessidade de pagamento de uma renda à EDM, no entanto, a AETHEL entendia que a concessão do Estado era livre de pagamentos e, portanto, poderiam fazer quer a desmatação quer os caminhos que acabaram por fazer, mais o alcatrão que colocaram, e isso chegou, inclusive, aos grupos parlamentares e todo o desenvolvimento acabou por ser um acordo. Cheguei a estar com o grupo parlamentar do partido socialista e do partido social-democrata, por causa desta situação.----- As 50 mil toneladas são, pelo que sei, as imediatas. Numa reunião em que estive aqui em Moncorvo e que me convidaram a estar com a APDL, foi referido que esta quer fazer um investimento depois da Barragem do Pocinho e para fazer ali um centro, no fundo, que possa ser para o escoamento do minério, onde possa ter camiões e barcos. Sei que tiveram uma reunião também com o proprietário dos terrenos, que é daqui de Moncorvo, eu não estive na reunião em si, obviamente, pois tratam-se de negócios privados e a Câmara não foi convidada. Assim, o projeto da ADPL com as minas é fazer quase um interposto para evitar uma eclusa da barragem do Pocinho. Depois sei que a empresa mineira chegou a acordo, já, com as infraestruturas de Portugal, nomeadamente com a REFER quanto ao número de comboios e que fica muito aquém das necessidades para o Porto de Leixões. ----- Quanto ao entendimento que a AETHEL manifestou na aquisição das casas, mais para servir de apoio e de centro logístico às minas e o solar para uma unidade



A

Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

hoteleira, são as duas informações que foram prestadas e que foram prestadas também à assembleia geral da GESTURDOURO. -----

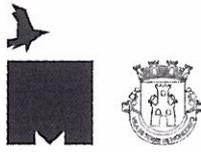
O que se vai passar a seguir é que depois do tal acordo ser aceite por ambas as partes, e eu espero que seja brevemente, pois a proposta de acordo saiu ontem, ainda está nos advogados e por isso não agendei. Quando estiver certa e aceite trarei à Câmara para se ver qual é a posição que temos, porque até agora foram só as negociações, depois disso entrará outra negociação, mas isso já não temos nós a ver com isso, que será entre a AETHEL e a Entidade Bancária, obviamente. -----

Pedia ao Sr. Vice-Presidente para responder à questão da Sr.ª Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes quanto às Escolas”. -----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu o seguinte: “Bom dia Sr. Presidente, aos outros colegas já tinha dados os cumprimentos. Em relação às escolas, referente à entrega dos computadores do 1.º Ciclo, pelos vistos correram bem. Nós sempre nos disponibilizamos que para além da entrega dos computadores, caso houvesse necessidade, à semelhança do que fizemos o ano passado, nós estamos disponíveis e faríamos o apoio na distribuição em papel. Estamos neste momento só a fazer entrega desse material de apoio aos alunos do 2.º ciclo e 3.º ciclo. A listagem dos alunos é definida pelo próprio agrupamento, como devem calcular.---- Disponibilizam-nos o material à quinta-feira e nós à sexta-feira fazemos a distribuição pelas freguesias necessárias em conformidade com o que o Agrupamento nos indica. Tenho ressalvado e com preocupação, o facto de haver crianças, alunos, e até alguns pais, que apresentem alguma dificuldade na utilização do computador nas primeiras vezes. Essa minha preocupação sempre a transmiti à Direção da Escola de que se quisessem reforçar, para além de terem os computadores, se quisessem reforçar com a entrega de material escolar, nós estaríamos sempre disponíveis para fazer essa entrega. Até agora, o que nos foi transmitido é que não houve necessidade. A informação que nos chega é que tem corrido bem e que não tem sido necessário a entrega e recolha desse material escolar para os alunos do 1.º ciclo. Portanto, estamos a fazer a entrega e recolha para os restantes ciclos que o Agrupamento entende por necessário”. -----

----- O Sr. Presidente agradeceu e deu a palavra ao Sr. Vereador Porfírio Evangelista. -----

†
A



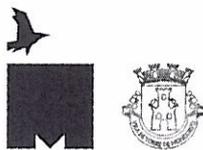
Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

-----O Sr. Vereador Porfírio Evangelista referiu o seguinte: *“Não me respondeu a uma questão relacionada com as minas, que é: eu falava aqui em especulação, até pode ser um termo pesado para aquilo que está a acontecer. No entanto, uma das questões que eu coloquei e que não respondeu, foi de que que forma é que o município pode intervir, no sentido de fazer a gestão das expetativas dos pequenos investidores, dos pequenos comerciantes de Torre de Moncorvo? Quem diz Torre de Moncorvo diz Felgar, Souto da Velha, Carviçais, Felgueiras. -----*

Os pequenos investidores, neste momento, estão num impasse, se avançam se não avançam, porque a expetativa que lhes é criada é de que as minas vão contratar uma série de pessoal e logicamente, para extrair cerca de 50 mil toneladas para as fazer chegar ao Porto ou a Sines, que é necessária gente, essa gente vai ter de consumir aqui e esses pequenos investidores encontram-se expectantes. Eu, felizmente, tenho acesso às opiniões de muitos deles e eles estão nesse ponto. É aí que eu lhe pergunto Sr. Presidente, de que forma é que o Município pode intervir nesse sentido, de que forma é que o Município pode clarificar esta questão?”. -----

-----O Sr. Presidente respondeu o seguinte: *“Eu percebi perfeitamente a pergunta do Sr. Vereador, eu pensei que fosse perceptível também a minha resposta. Desde logo, quando eu digo que sempre que a Câmara é chamada e solicitada, tenta resolver os problemas, junto de entidades oficiais, junto de quem quer que seja. Esta reunião que se fez com a APDL no Concelho de Torre de Moncorvo aconteceu aqui porque a Câmara disponibilizou espaços e meios para estarem em contacto com o proprietário do terreno. Portanto o mercado também funciona por ele próprio nesta liberdade que tem de ser garantida, não estatizante, mas de empresários, é por isso que existem os empresários, para negociarem por eles próprios, e têm essa capacidade. -----*

A Câmara aqui tem a mesma expetativa que tem o pequeno e o grande empresário: quer emprego para o Concelho, quer o que já devia estar a funcionar há dois anos ou há três, que se inicie o mais rapidamente possível, mas para isso tem de criar condições, e as condições são: sempre que há um problema burocrático, seja com serviços do Estado, seja com outras entidades, a Câmara está presente para tentar, sempre que é solicitada, ajudar a resolver os assuntos. -----



↑
A

Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

Portanto as expetativas que se geram são sempre junto também da empresa para ver as necessidades do Concelho, e a Câmara tenta sempre que possível que a contratação seja no Concelho. -----

Nós, os cinco, queremos o bem do Concelho, queremos que as expetativas das pessoas e a possibilidade de investimento seja efetuada em Moncorvo por forma a que todos também tenham uma retribuição justa do potencial que são as minas. ---

Estas são as expetativas que temos de gerir junto da própria empresa e junto dos nossos comerciantes. Agora, eu creio e acredito que com o preço que a tonelada do minério de ferro neste momento tem, que é francamente positivo que a exploração”.- -----

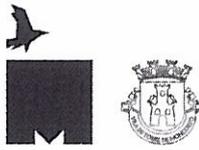
----- O Sr. Vereador Porfirio Evangelista referiu o seguinte: “Espero que esta visita se mantenha de pé, o que não aconteceu com a visita do Museu do Castelo e ao jantar de natal. Agora, respeitante a esta questão, estes entraves burocráticos que estão a ser colocados à exploração, devem ser tornados públicos pelo Município. -- Relativamente à questão do encerramento das minas de ferro na China, há uns meses atrás essa questão não se colocava, porque as 300 mil toneladas que iam ser produzidas em 2020 eram para o mercado árabe e europeu. É excesso de informação errática. Em 2020 diz-se uma coisa e apresentam-se uns números, entretanto não se concretiza muito bem como se esperava, em 2021 já aparecem outros números e outros investidores. -----

Portanto é isto que deve ser esclarecido e quando há entraves há que comunicar à população, porque se cada cem pequenos comerciantes contratarem uma pessoa corresponde exatamente a uma grande empresa contratar cem pessoas. -----

Não nos podemos esquecer que o nosso grande tecido empresarial é formado de pequenos empresários, pequenos comerciantes, e são esses que estão na expetativa, daí eu estar preocupado com esta questão. Logicamente que eu também estou aqui para defender os interesses do Município e logicamente que eu quero que o projecto mineiro avance e que crie emprego e que empreguem cá. Acho que nisso estamos os cinco de acordo. -----

Agora, um pequeno empresário que tem de investir aquilo que ganhou durante uma vida, acho que deve estar mais bem esclarecido e nesta equação podemos adicionar muitas outras entidades: associação de comerciantes, associações nacionais de representação dos setores, entre outras. Considero que o Município pode ser esse

ph
A



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

pêndulo, como está a ser agora com a AETHEL, fazendo chegar a AETHEL às entidades, no caso da REFER por exemplo. Pode, também, fazer chegar o pequeno investidor ao acesso à informação que não seja especulativa. É só essa a minha preocupação em relação ao pequeno investidor, acho que devia ser claro o que está a acontecer. Existindo entraves, nós todos devemos saber o que está a atrasar o processo. Portanto, acho que devia ser público e não está a acontecer. As notícias que nós conhecemos são de grandes encomendas e de grandes produções, que não acontecem. -----

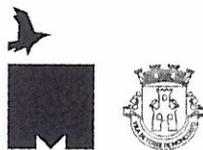
-----O Sr. Presidente esclareceu: “Bom, eu continuo a dizer que o privado é o privado e em todas as situações em que houve necessidade de se tornar público, aliás, eu fui das primeiras vozes, não vou dizer a primeira mas das primeiras logo a comunicar isso e muitas vezes a comentar e ir até além do que são as minhas competências próprias, “comprando guerras” com quem tenho de as comprar sem ter problemas nenhuns.-----

Agora, não tenho comentado é as aquisições ou as vendas de minério porque isso são do âmbito da própria empresa. O que nós temos de fazer é, sempre que há necessidade de ser um comerciante ou necessidade de um produto da mina, tentarmos que seja um comerciante de Torre de Moncorvo a fornecê-lo. -----

Eu acho que também devíamos ir por aí, e, portanto, estamos todos de acordo e era aquilo que lhe queria dizer e é verdade o que o Sr. Vereador acabou de dizer, o pequeno comerciante é o maioritário, nisso estamos de acordo, por isso é que no Plano de Apoio à Produção Nacional nós queríamos efetivamente que fosse mais para o pequeno comerciante em termos de conseguir manter a sua atividade depois de ter estado fechado do que propriamente para o investimento que vai provavelmente beneficiar as Grandes Quintas do Douro, mas não foi esse o entendimento, lá veremos o resultado. -----

Quanto às visitas e ao jantar de natal: o jantar de natal não se fez devido à pandemia, como deve estar recordado e, logo que possível, veremos também o Museu do Castelo, obviamente. Portanto, olhe provavelmente não será é trajados na feira medieval que não se fará, mas iremos trajados ao século XXI. -----

Bom, dar-vos só uma nota, eu terei hoje à tarde uma reunião com a DGESTE onde será levado também não só a necessidade de manutenção do que temos em termos



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

A

de escolas como a possibilidade da reabertura de Urros e da Lousa, conforme ficou na última reunião. Portanto, transportarei essa mensagem ao Sr. Diretor Geral da DGESTE e vamos ver como é que corre, trarei também nota do que se passar nessa reunião na reunião de câmara". -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS:** Foi presente para aprovação a ata número 4 da reunião realizada no dia 19 de fevereiro, a qual foi previamente distribuída aos membros de Executivo. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos participantes na reunião de 19.02.2021, aprovar.** -----

----- *A Sr.ª Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes não participou na votação deste ponto por não ter estado presente na reunião anterior.* -----

----- **GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES:** -----

----- **VICE-PRESIDENTE:** -----

----- **DAF – INFORMÁTICA COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA – LOJA DE PRODUTOS REGIONAIS ONLINE:** -----

----- Foi presente a informação n.º 326/2021 DAF – Informática a dar conhecimento que o Município de Torre de Moncorvo pretende criar uma loja online de produtos regionais, com a colaboração do Projeto CLDS Moncorvo 4G, de forma a incrementar a comercialização e divulgação dos produtos de qualidade produzidos no nosso Concelho. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **VEREADORA PIEDADE MENESES:** -----

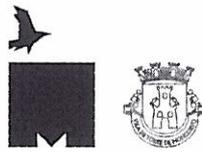
----- **TERESA FILOMENA GAMA CRUZ – AUTORIZAÇÃO DE OBRAS NA LOJA DO MERCADO MUNICIPAL:** -----

----- Foi presente um requerimento da Munícipe Teresa Filomena Gama Cruz a solicitar a autorização para realização de diversas obras necessárias de conservação da loja do mercado municipal da qual é concessionária. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adiar para a próxima reunião, enviando para a Divisão de Obras Serviços Urbanos e Ambiente e para a Divisão Administrativa e Financeira para prepararem uma proposta a ser presente na reunião de 18.03.2021.** -----

+

A



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

----- JOANA RAQUEL GONÇALVES FAZENDA – AUTORIZAÇÃO DE OBRAS NA LOJA DO MERCADO MUNICIPAL: -----

----- Foi presente um requerimento da Múncipe Joana Raquel Gonçalves da Cruz Fazenda a solicitar a autorização para realização de diversas obras necessárias de conservação da loja do mercado municipal da qual é concessionária. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adiar para a próxima reunião, enviando para a Divisão de Obras Serviços Urbanos e Ambiente e para a Divisão Administrativa e Financeira para prepararem uma proposta a ser presente na reunião de 18.03.2021.** -----

----- **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

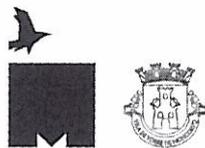
----- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO – SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021: -----

----- Foram presentes as certidões relativas aos pontos da ordem de trabalhos da reunião de Assembleia Municipal realizada no dia 26 de fevereiro de 2021. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - REGULAMENTO: REMOÇÃO DE VIATURAS ABANDONADAS E EM ESTACIONAMENTO INDEVIDO E ABUSIVO.** -----

----- Foi presente a informação n.º 328/2021-DAF a dar conhecimento que se verifica na área do Município de Torre de Moncorvo uma situação crescente de veículos abandonados ou em estacionamento indevido ou abusivo, em circunstâncias que causam dificuldades para a normal circulação e estacionamento, e concomitantemente prejuízos de ordem ambiental com a degradação de veículos em locais públicos. Por conseguinte, propõe-se que a Câmara Municipal aprove: O início do procedimento tendente à elaboração de um Regulamento; a publicitação da iniciativa procedimental no sítio institucional do Município; a apresentação dos contributos para a elaboração do regulamento formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, e que nos termos do n.º 2 do artigo 55.º do CPA, seja designado(a) o(a) trabalhador(a) que ficará responsável pela direção do procedimento. -----



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, designando o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira como responsável pelo procedimento.** -----

----- ASSOCIAÇÃO COMERCIANTES E INDUSTRIAIS DE MONCORVO (ACIM):
ILUMINAÇÃO DE NATAL. -----

----- Foi presente o ofício com a ref.ª 02/2021, datado de 02.03.2021 da ACIM, a solicitar a transferência da verba aprovada, destinada à Ornamentação/Animação de Natal 2020. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

----- LEGISLAÇÃO. -----

----- Foi presente a legislação a seguir referida: -----

----- Despacho n.º 1824-A/2021 - Diário da República n.º 33/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-02-17 - Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública, Ambiente e Ação Climática e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes da Secretária de Estado do Orçamento e dos Secretários de Estado da Descentralização e da Administração Local, da Mobilidade e das Infraestruturas: Determina os fatores de distribuição das verbas do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) pelas áreas metropolitanas (AM) e pelas comunidades intermunicipais (CIM); -----

----- Portaria n.º 40/2021 - FINANÇAS E INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO: Altera a regulamentação relativa ao registo de candidatura ao Programa de Arrendamento Acessível; -----

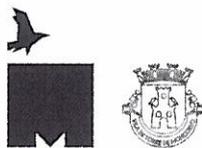
----- Portaria n.º 41/2021 - INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO: Altera a regulamentação do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; -----

----- Portaria n.º 42/2021 - INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO: Altera a regulamentação relativa à inscrição de alojamentos no Programa de Arrendamento Acessível; -----

----- Decreto-Lei n.º 14-B/2021 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Alarga o apoio excecional à família no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais; -----

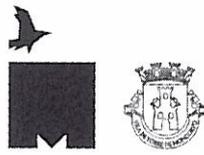
----- Decreto Regulamentar n.º 1-A/2021 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Regulamenta a atualização extraordinária das pensões prevista na Lei

A!
A



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

do Orçamento do Estado para 2021; -----
-----Despacho n.º 1945/2021 - Diário da República n.º 36/2021, Série II de 2021-02-22 - Agricultura - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária: Medidas excecionais associadas à emergência sanitária da COVID-19; -----
-----Despacho n.º 1946/2021 - Diário da República n.º 36/2021, Série II de 2021-02-22 - Agricultura - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária: Definição das normas técnicas de execução regulamentar do Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ); -----
-----Decreto-Lei n.º 15/2021 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Cria um regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social; -----
-----Portaria n.º 43/2021 – PLANEAMENTO: Procede à nona alteração ao Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu; -----
-----Portaria n.º 44/2021 - INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO: Altera a regulamentação do regime que estabelece o Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente; -----
-----Declaração de Retificação n.º 6/2021 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Declaração de Retificação à Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, «Orçamento do Estado para 2021», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 253, suplemento, de 31 de dezembro de 2020; -----
-----Decreto-Lei n.º 16/2021 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Altera os sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e introduz medidas relativas à geração e recuperação dos desvios de recuperação de determinados gastos; -----
----- Despacho n.º 2018/2021 - Diário da República n.º 38/2021, Série II de 2021-02-24 - Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças, da Ministra da Saúde e da Secretária de Estado da Ação Social: Autoriza o Instituto da Segurança Social e as Administrações Regionais de Saúde a assumir os compromissos plurianuais decorrentes dos contratos-programa celebrados no âmbito da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados; -----



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

----- Aviso n.º 3397/2021 - Diário da República n.º 38/2021, Série II de 2021-02-24- Município de Torre de Moncorvo: Abertura de recrutamento para abertura de recrutamento de 1 técnico superior, 3 assistentes técnicos e 10 assistentes operacionais em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado; -----

----- Declaração de Retificação n.º 131-A/2021 - Diário da República n.º 38/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-02-24 - Município de Torre de Moncorvo: Retificação do Aviso n.º 3397/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 38, de 24 de fevereiro de 2021; -----

----- Decreto-Lei n.º 16-A/2021 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Altera o regime de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social; -----

-----Decreto do Presidente da República n.º 21-A/2021 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública; -----

-----Resolução da Assembleia da República n.º 69-A/2021 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Autorização da renovação do estado de emergência; -----

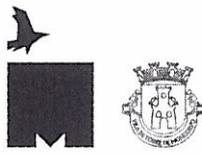
-----Lei n.º 7/2021 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Reforça as garantias dos contribuintes e a simplificação processual, alterando a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Regime Geral das Infrações Tributárias e outros atos legislativos; -----

-----Decreto n.º 3-F/2021158507655 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República; -----

----- Despacho n.º 2207-B/2021 - Diário da República n.º 40/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-02-26 - Administração Interna - Gabinete do Ministro: Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre; -----

-----Despacho n.º 2300-D/2021 - Diário da República n.º 41/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-01 - Agricultura - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural: Fixa a nível nacional para o ano de 2021 as regras e os critérios de elegibilidade e de prioridade e os procedimentos administrativos a observar na distribuição de autorizações para novas plantações de

1
A



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

vinha; -----

-----Mapa n.º 1/2021 - Diário da República n.º 41/2021, Série II de 2021-03-01 158479544 - Administração Interna - Secretaria-Geral: Mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento; -----

-----Portaria n.º 45-B/2021 - FINANÇAS, TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA: Primeira alteração à Portaria n.º 178-B/2016, de 1 de julho, que estabelece os procedimentos, o modelo e as demais condições necessárias à aplicação da tarifa social de fornecimento de energia elétrica a clientes economicamente vulneráveis; -----

-----Portaria n.º 47/2021 – EDUCAÇÃO: Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia causada pela doença COVID-19 no âmbito dos apoios financeiros atribuídos às associações de jovens no ano de 2021; -----

-----Regulamento n.º 180/2021 - Diário da República n.º 42/2021, Série II de 2021-03-02 - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos: Aprova o regulamento que estabelece medidas excecionais no âmbito do Sistema Elétrico Nacional e do Sistema Nacional de Gás Natural; -----

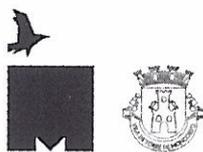
-----Despacho Normativo n.º 8/2021 - Diário da República n.º 43/2021, Série II de 2021-03-03 - Economia e Transição Digital - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo: Altera o despacho normativo de apoio às microempresas do turismo. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA FOTOGRAFIA DO DOURO SUPERIOR: -----

----- Foi presente a informação n.º 336/2021-DAF, que anexou a informação n.º 265/2021 DASCE, e o Resumo do Espólio do Núcleo Museológico da Fotografia do Douro Superior relativamente ao assunto em epígrafe. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes, aprovar a aquisição do imóvel; e por unanimidade, aprovar a aquisição do espólio do Núcleo Museológico da Fotografia do Douro Superior, bem como, aceitar a doação dos Paramentos que o Sr. Arnaldo Duarte da Silva e esposa Ilda Maria Pando da Silva pretendem fazer a favor do Município, nos termos da alínea j)**



Ata n.º 5 de 5 de Março de 2021

do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

-----A Sr.ª Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes apresentou uma declaração de voto, manifestando-se contra a aquisição do imóvel, embora seja 100% favorável à aquisição do espólio que é de primordial importância. -----

----- DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE – SUB UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PÚBLICAS: -----

----- APRESENTAÇÃO DO PROJETO – CONCESSÃO E CRIAÇÃO DE UMA OBRA DE ARTE – MONUMENTO ALEGÓRICO – PARQUE VERDE: -----

----- Foram presentes em anexo as figuras relativas ao Monumento Alegórico do Parque Verde. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE – SUB. UNIDADE ORGÂNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA: -----

----- SALTA À MEMÓRIA – EXPLORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, LDA. – RUA MANUEL SEIXAS, N.º 12 – TORRE DE MONCORVO – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE IMPACTE RELEVANTE NO EQUILÍBRIO URBANO E AMBIENTAL: -----

----- Foi presente o requerimento n.º 125/2021/OP, e o processo n.º 64/2021, disponibilizados a todos os membros do executivo, ficando um exemplar arquivado em pasta anexa ao livro de atas, cujo teor se dá integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão da declaração requerida. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião eram 11:30 horas, e para constar se lavrou a presente ata, composta por 17 páginas, numeradas de 1 a 17, que eu, Eduardo Dixo, redigi e vou assinar, com o Sr. Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira,